

EDUCAÇÃO FÍSICA E SUS: REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES¹;
INACIO CROCHEMORE-SILVA²:

¹Universidade Federal de Pelotas – crisdesg@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – inacioufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece amplamente a atividade física regular como componente essencial para a saúde (OMS, 2020). Trata-se de um comportamento com potencial para a promoção da saúde física e mental, além de atuar na redução do risco de adoecimento, no controle de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e na prevenção da mortalidade por fatores modificáveis (OMS, 2020).

No Brasil, a prescrição de exercícios físicos é atribuída exclusivamente ao profissional de Educação Física (Brasil, 1988a). Porém, apesar do reconhecimento desta competência e da importância da atividade física como determinante e condicionante em saúde (Brasil, 2013), somente após trinta anos houve sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupação (BRASIL, 2022).

Todavia o Conselho Nacional de Saúde já havia reconhecido os profissionais de Educação Física como uma das categorias de profissional de saúde de nível superior, entendendo a importância da ação interdisciplinar no âmbito da saúde para alcançá-la integralmente (BRASIL, 1997). A relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Educação Física expandiu-se ao longo dos anos, demonstrando-se cada vez mais integrada por meio do reconhecimento das práticas corporais e atividades físicas como ações integrantes de políticas para a promoção da saúde e a prevenção de doenças (HALLAL, 2014; LOCH, 2020).

Dessa forma, é esperado que esses profissionais estruturem e realizem ações de promoção da saúde e redução de riscos de adoecimento mediante práticas corporais e atividades físicas e de lazer com foco de atuação na prevenção primária, secundária e terciária no SUS (BRASIL, 2020). Entretanto, a inserção do profissional de Educação Física na APS ainda é pequena e há limitações na formação deste profissional para atuar neste contexto (LIMA, 2023).

O rompimento do paradigma do modelo hegemônico de saúde proposto nas ações do SUS, demanda a formação de profissionais comprometidos com a sociedade e com a competência para enfrentar desafios desse novo modelo de saúde, além da capacidade de construção de uma consciência crítica a respeito do contexto em que estão inseridos pautadas na reflexão das práticas adotadas (LOCH, 2020; VILLARDI; CYRINO; BERBEL, 2015). Contudo relações demasiadamente clínicas e com ênfase no modelo biomédico permanecem nos meios de formação além da acentuada desconformidade com os princípios do SUS os avanços observados no campo da saúde pública (BANDEIRA et al, 2022).

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo refletir acerca do processo de formação do profissional de Educação Física na Universidade Federal de Pelotas, abordando oportunidades disciplinares e, especificamente, a experiência em um componente curricular sobre Educação Física e SUS.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

O presente trabalho, de abordagem qualitativa, foi conduzido com uma abordagem mista, partindo de uma pesquisa documental e refletindo sobre uma experiência de ensino. A pesquisa documental incluiu o Projeto Pedagógico do Curso ABI-Bacharelado em Educação Física (PPCEF) da Universidade Federal de Pelotas, bem como de ementas e conteúdo programático de disciplinas de interesse. O componente de relato de experiência foi realizado a partir da vinculação dos autores do presente trabalho na disciplina de Educação Física e SUS, ministrada no primeiro semestre letivo de 2025.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física (PPCEF) da Universidade Federal de Pelotas a formação do Bacharel em Educação Física prevê o desenvolvimento de competências e habilidades que deve se dar de forma concomitante à formação teórico-prática.

Quando considerada a formação voltada ao SUS, dentre os diversos componentes curriculares e disciplinas ofertadas, o PPCEF apresenta duas disciplinas que abordam conceitualmente a intervenção do profissional de educação física nesse âmbito. São elas: Educação Física e Saúde Coletiva e Educação Física e SUS (EFSUS).

Em Educação Física e Saúde Coletiva o SUS é apresentado ao discente, ocupando cerca de 33% do conteúdo programático. Já em Educação Física e SUS tem como objetivo “Capacitar o aluno a compreender o SUS, suas normas e organização” bem como “Conhecer as diferentes estratégias de promoção à saúde e participação do educador físico no contexto do SUS”. Para tanto, compreende trinta horas/aula teóricas organizadas em três eixos: componente teórico/prático relacionado ao território, a apresentação e discussão de produtos do Ministério da Saúde acerca da gestão das práticas corporais e atividade física na APS além de atividades contendo abordagens individuais e coletivas acerca de condutas clínicas adotadas a partir de casos de papel com situações hipotéticas em DCNT.

Apesar da EFSUS proporcionar ao discente conhecer diretrizes, políticas e demais materiais do Ministério da Saúde que guiam o trabalho dentro da APS, há uma frágil articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos. Isso porque em virtude da falta de docentes e profissionais de educação física em saúde nas UBS, há uma célere vivência de exploração do território, limitando a percepção da prática do saber fazer a apenas uma visita guiada pelo agente comunitário de saúde. A presença do discente no território tem como objetivo compreender este espaço como um lugar de interação entre diferentes grupos sociais que, apesar de compartilhá-lo, apresentam diferentes modos de vida, relações de trabalho e relações com o ambiente que incidem diretamente nas condições de saúde desta população (COLUSSI; PEREIRA, 2016).

É fundamental que todos os profissionais que atuam na APS conheçam o território adscrito à UBS (BRASIL, 2017), permitindo assim a compreensão das condições socioeconômicas da população e proporcionando o planejamento de ações direcionadas e resolutivas nas abordagens individuais e coletivas acerca de condutas clínicas, produto final da disciplina.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, estabelecem que o Bacharel em Educação Física, tenha sua formação voltada também para atuação no SUS (BRASIL, 2018). Galleguillos, Carnut e Guerra (2022) afirmam que formação para o SUS, além de ser um atributo formal, é uma obrigação legal, uma vez que compete ao SUS reordenar a formação de recursos

humanos em saúde (Brasil, 1988b). Entretanto, os mesmos autores afirmam que a formação em educação física ainda é uma prática orientada pela lógica desportiva individual e para o treinamento físico, apresentando dificuldades em pautar a formação inserida no SUS, em seus diversos cenários práticos e teóricos em seus currículos (GALLEGUILLLOS, CARNUT E GUERRA, 2022).

O ensino superior de profissões da área de saúde, incluindo a educação física, passou por transformações decorrentes de alterações observadas no perfil demográfico, epidemiológico da população além da complexidade que envolve as práticas em saúde executadas na APS. A formação do profissional de educação física em saúde precisa ser fomentada de modo que o discente seja provocado a refletir acerca das condições de vida da população, proporcionando a oportunidade de adquirir conhecimentos que nasceram da resolução de problemas da própria comunidade onde estão inseridos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do profissional de educação física em saúde deve compreender o SUS de uma perspectiva teórico-prática a fim de proporcionar aos discentes, vivências que o instrumentalize para exercer suas funções em um contexto desafiador como o da APS. Para tanto requer o incremento de cenários acadêmicos que contemplem as condições necessárias do ponto de vista legal e pedagógico, expandindo a abordagem do SUS no meio acadêmico de formação deste profissional.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, R.O.M.; MAGNANO, C.; FILHO, J.R.F.; FORSTER, A.C. Inserção de profissionais de educação física no sistema único de saúde: história, avanços e desafios. **Movimento**, v. 28, e28048, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.122874>. Acesso em: 21 ago. 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/122874>.
- BRASIL. Lei 9696, de 1º de setembro de 1988. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Acesso em: 26 jun. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9696.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.696%2C%20DE%201,Art.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Acesso em: 26 jun. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
- BRASIL. LEI Nº 12.864, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013. Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde. Acesso em: 26 jun. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12864.htm
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Acesso em 26 jun. 2025. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>

BRASIL. Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações. Profissionais da Educação Física. Acesso em: 26 jun. 2025. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Acesso em: 21 ago. 2025. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.

COLUSSI, C.F.; PEREIRA, K.G.. **Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica** [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis: UFSC, 2016.

GALLEGUILLLOS, V. S. B.; CARNUT, L.; GUERRA, L. D. DA S.. Educação física e a formação em saúde coletiva: deslocamentos necessários para a atuação no Sistema Único de Saúde. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 135, p. 1151–1163, out. 2022. Acesso em 26 jun. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213514>.

HALLAL, P. C. Atividade física e saúde no Brasil: pesquisa, vigilância e políticas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 12, p. 2487-2489, 2014. DOI: 10.1590/0102-311XPE011214

LIMA, Rafael de Oliveira et al. Competencies of the Physical Education professional in Primary Health Care. **Rev. bras. ativ. fis. saúde**, p. 1-8, 2023. Acesso em: 26 jun. 2025. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/15070/11314>

LOCH, M.R.; RECH, C.R.; COSTA, F.F.. A urgência da Saúde Coletiva na formação em Educação Física: lições com o COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3511-3516, 2020. Acesso em: 26 jun. 2025.

Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-urgencia-da-saude-coletiva-na-formacao-em-educacao-fisica-lico-es-com-o-covid19/17618?id=17618>

WORD HEALTH ORGANIZATION. **WHO guidelines on physical activity and sedentary behaviour**. Geneva: World Health Organization; 2020. Acesso em: 26 jun. 2025. Disponível em:

<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/336656/9789240015128-eng.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Escola Superior de Educação Física. **Projeto Pedagógico de Curso Educação Física**. 2024. Acesso em: 25 jun. 2015. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/esef/files/2025/03/PPC-GRADUACAO-UFPEL-Atualizado-Final-V12-FEV_2025.pdf

VILLARDI, M.L.; CYRINO, E.G.; BERBEL, N.A.N.. **Mudança de paradigma no ensino superior em saúde e as metodologias problematizadoras**. In: A problematização em educação em saúde: percepções dos professores tutores e alunos [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 23-44. ISBN 978-85-7983-662-6. Available from SciELO Books

<<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 21 ago. 2025. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/dgjm7/pdf/villardi-9788579836626-04.pdf>